



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

PARECER N. 103/2026/ATJL

PREGÃO ELETRÔNICO N. 13/2026 – CIA N. 0000781-34.2026.8.11.0000

ASSUNTO: Análise da Minuta do Edital do Pregão Eletrônico n. 13/2026, elaborada a pedido da Coordenadoria de Infraestrutura com vistas à contratação, **via sistema de registro de preços**, de empresa especializada em prestação de serviços de organização de eventos.

Excelentíssimo Senhor Desembargador - Presidente:

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise da **Minuta do Pregão Eletrônico n. 13/2026**, formalizada a pedido da Coordenadoria de Infraestrutura, cujo escopo reside na contratação, **via sistema de registro de preços**, a contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviços de organização de eventos, englobando todas as etapas essenciais: planejamento, organização, coordenação, promoção e execução, para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, conforme condições e quantidades estipuladas no Anexo I do Termo de Referência nº 02/2026 (mov. 2 do expediente vinculado), cujo valor total estimado é de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais).

O Departamento Administrativo procedeu com a autuação do Expediente e encartou a Certidão de similaridade (andamentos n. 2 e 3), bem como providenciou a juntada da planilha de custos, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Anexo I retirado do Ofício Circular n. 6/2023/PRES (que dispõe acerca de contratações similares realizadas nos últimos 12 meses) e Ficha Estratégica (andamento n. 01, movimentos n. 01 a 05 do expediente vinculado).



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Por seu turno a Coordenadoria de Planejamento prestou a Informação Orçamentária 18/2026-COPLAN esclarecendo que a demanda apresentada se encontra prevista no PTA de 2026 (andamento n. 01, movimento n. 09).

Após a elaboração do *checklist* de conformidade do Termo de Referência, os autos foram submetidos ao juízo de conveniência e oportunidade, momento em que Vossa Excelência autorizou o prosseguimento do feito (andamento n. 01, movimento n. 21).

A Divisão de Compras colacionou a Planilha de Despesas, em seguida, não certificou disparidade de preços dos produtos (andamento n. 9).

Por derradeiro, a Gerência de Licitação certificou a designação do Pregoeiro e respectiva equipe de apoio, juntou a Minuta do Edital do Pregão Eletrônico, e por fim, através da Informação n. 76/2025-DA, asseverou que foram utilizados modelos do site da Advocacia Geral da União – AGU na confecção da habilitação completa e contrato (andamento n. 26).

É o essencial.

II – ANÁLISE JURÍDICA.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021, razão pela qual não abarca aspectos de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, salvo apontamentos que decorram de elementos de conexão com questões jurídicas, consoante posicionamento da Advocacia-Geral da União, (Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas) e Acórdão n. 1492/2021, Plenário, do Tribunal de Contas da União (TCU).



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

De mais a mais, o registro de preços para o escopo pretendido é o mesmo utilizado no âmbito desta Administração, tendo o último ocorrido em meados de 2025 (Pregão Eletrônico n. 30/202 – Cia. 0036018-66.2025.8.11.0000), e, anteriormente, em 2024, o Pregão Eletrônico n. 18/2024 – Cia. 0012242-71.2024.8.11.0000).

Naquelas ocasiões esta assessoria especializada apresentou os contornos jurídicos da licitação (Pareceres n. 307/2024 e 460/2025), os quais não merecem retoques, em especial acerca:

- (i) Da Fase Preparatória e da definição do **Objeto contratual** (conforme estabelece o inciso XII, artigo 6º, da Lei Federal n.º 14.133/2021);
- (ii) Da Modalidade Licitatória. Pregão Eletrônico e do Critério de Julgamento;
- (iii) Mapa/análise de Riscos;
- (iv) Da Habilitação e da Qualificação técnico-operacional;
- (v) Critérios de sustentabilidade ambiental;
- (vi) Da não partição de Consórcios e Cooperativas;
- (vii) Do Tratamento Diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, dentre outros aspectos.

Assim, adota-se a manifestação *per relationem* ou aliunde, haja vista que o modelo do certame se mantém incólume, porquanto o novo certame visa tão somente dar continuidade aos eventos descritos linhas pretéritas, em que pese pequenos reparos na minuta, os quais serão tratados abaixo.

Ressalta-se, primordialmente, quanto à desnecessidade da repetição dos argumentos lançados nos editais pretéritos, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União propagado em sessão plenária (Acórdão n. 2674/2014, rel. Min. André Luís de Carvalho, j. 8/10/2014). *In verbis*:



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*“9.2. informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, **não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014 (...)**”.*

In casu, o setor demandante manteve *ipsi litteris* a modelagem adotada neste novo certame, inclusive com as correções indicadas no certame anterior a respeito da necessidade de tratar sobre o não parcelamento do objeto.

Não obstante, conforme dito em linhas pretéritas, **alguns reparos devem ser realizados no Termo de Referência e Minuta de Edital**, sendo elas:

II.1 Termo de Referência:

- i) adotar os critérios da IN 03/2024-CADM a respeito das sanções administrativas no decorrer da contratação e alterar o ente federativo União para Estado de Mato Grosso, quanto à inscrição em Dívida Ativa e Prejuízos à Administração Pública (itens 27.5 e 27.10);
- ii) incluir o reajustamento de preços, de acordo com o Decreto n. 11.462/2023, indicar o índice a ser utilizado, a fim de evitar discussões a seu respeito;



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

iii) **Incluir** previsão expressa no Termo de Referência sobre o Tratamento Favorecido a ME/EPP: a Minuta do Edital indica no item 3.4.2 que **não será concedido** tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte. Contudo, o item 4.3 prevê a declaração de enquadramento para usufruir de benefícios da LC 123/2006, e o item 6.16 detalha o procedimento de **empate ficto**. Existe uma contradição interna no Edital e uma lacuna no TR sobre a justificativa para eventual exclusão desse benefício, conforme apontado no comentário FC5 do documento (“Tema não localizado no TR”).

II.2 Minuta de Edital:

- (i) Excluir o item 3.4.1, de acordo com o artigo 4º, parágrafo único da IN 116/2024-SEGES, não sendo possível a participação de pessoas físicas para o objeto licitado, por conseguinte, retirar a expressão pessoa física dos itens 3.6.3 3.6.6;
- (ii) Readequar o item 5.1.1 para “*Valor unitário do item bem como o valor global do lote*”;
- (iii) Corrigir a redação do item 6.17.2.1 para: “empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade da Administração Pública estadual licitante”;
- (iv) Excluir do item 7.1.6 a expressão “Órgãos e Entidades Municipais”;

II.3 Do Modelo da Ata de Registro de Preços:

- Incluir na Cláusula Nona que as sanções se encontram dispostas no Edital e no Termo de Referência (que deverá ser readequado, de acordo com a IN 03/2024-TJMT);



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

II.4 Minuta de Contrato

Incluir Minuta de Contrato: Embora o Termo de Referência, em seu item 30.1, mencione ser dispensável a minuta contratual, com fundamento no art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, esta Assessoria entende adequada a inclusão da Minuta do Termo de Contrato, promovida pelo Departamento Administrativo, por cautela.

A medida revela-se compatível com o art. 95, caput, da Lei n. 14.133/2021 e com o art. 34 do Decreto n. 11.462/2023, que admitem a formalização de instrumento contratual sempre que a natureza da contratação assim recomendar.

No caso concreto, trata-se de futura contratação de serviços de organização de eventos, os quais envolvem múltiplas etapas — planejamento, coordenação, promoção e execução —, conforme descrito no Termo de Referência. Tais características evidenciam a complexidade da execução e justificam a formalização de contrato, a fim de conferir maior segurança jurídica, delimitar responsabilidades e assegurar clareza quanto às obrigações das partes.

Dessa forma, a inserção da minuta contratual mostra-se juridicamente pertinente e alinhada às boas práticas administrativas. Faz-se imprescindível prever o reajustamento de preços, consoante dispõe os artigos 25, §7º c/c 92, inciso V e §3º da Lei 14.133/2021 c/c artigo 25, III do Decreto n. 11.462/2023, com a indicação do índice a ser utilizado.

Por outro lado, quanto à vigência (Cláusula Segunda), deve estar restrita ao período necessário do(s) evento(s) institucionais os quais serão objeto da relação jurídica, sem prorrogação, salvo que houver alteração da programação, o que se dará de acordo com o artigo 111 da Lei 14.133/2021.

III – CONCLUSÃO

Por se tratar de contratação de serviços de natureza comum, esta Assessoria **opina** pela viabilidade da adoção da modalidade Pregão Eletrônico, do tipo



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

maior desconto, via Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei 14.133/2021 (art. 6º XLV c/c, II) e Decreto Federal n. 11.462/2023.

A Minuta do Edital do Pregão Eletrônico n. 13/2026, desde que retificada as inconsistências de acordo com os apontamentos supra (Tópicos II.1 a II.4), estará apta a atingir os fins a que se destina, nos termos do que preceitua o art. 53, §4º da Lei nº. 14.133/2021.

É o parecer que submeto à consideração superior.

Cuiabá-MT, 23 de fevereiro de 2026.

Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação.